Relatório Anual Conectas 2019

03

Carta dos diretores

04

A Conectas

Quem somos 04
Nossa missão 04
Nossa visão 05
Como atuamos 05
Nossas áreas de atuação 06

08

Violência Institucional

Pacote "anticrime" 09
#DescriminalizaSTF 10
A guerra de Witzel contra a perriferia 11
O combate à tortura no Brasil sob ataques 12

14

Desenvolvimento e Direitos Socioambientais

Uma tragédia evitável 15
Direitos sonegados às populações indígenas 16
Floresta em chamas 17
O direito das mudanças climáticas 18
Trabalho escravo no Brasil 19

20

Fortalecimento do Espaço Democrático

A agenda política de ataque às ONGs 21
Proteção a migrantes e refugiados 22
Candidatura ficha suja 24
Transparência e participacão 25

26

Revista Sur

28

Colóquio

30

Institucional

Reconhecimento 30
Direitos humanos na pauta jornalística 31
Quem são os potenciais doadores dos direitos humanos 31
Nossos eventos 32
Produção de conhecimento 33
Conselhos e Comitês 34
Redes e Parceiros 34

Transparência

Nossa equipe 35
Relatório financeiro 36
Expediente 37

Juana Kweitel
diretora-executiva

Camila Asano
diretora de programas

Marcos Fuchs
diretor jurídico e financeiro

Carta dos Diretores

Construída com o esforço daqueles que se opuseram à ditadura, se engajaram no movimento Diretas Já e que trabalharam pelo fortalecimento da sociedade civil após a promulgação da Constituição de 1988, a democracia brasileira entrou em 2019 em um forte ciclo de provação a partir da chegada de Jair Bolsonaro à presidência.

Figura controversa e conservadora, desde as eleições Bolsonaro deixou clara sua agenda autoritária pautada em retrocessos aos direitos civis, no endurecimento de tipos penais, no enfraquecimento de legislação ambiental, no armamentismo e no discurso de ódio.

Muito se pode falar sobre o governo Bolsonaro. O que não se pode dizer é que suas atitudes surpreenderam. Desde o primeiro dia de governo, o presidente dedicou-se a colocar em prática suas promessas de campanha, não importa o quanto suas propostas representassem violações constitucionais, de direitos humanos e aos valores democráticos de transparência e participação.

Neste contexto tão desafiador, a Conectas não se furtou à sua responsabilidade de organização da sociedade civil comprometida com a defesa e promoção de direitos humanos e do Estado democrático de direito. Cientes de nossa responsabilidade e do nosso lugar de atuação, foi necessário redobrar esforços na vigilância e ser ágeis na tomada de decisões e de ações. O resultado são algumas das histórias de resistência que os leitores e a leitoras poderão ver nas páginas a seguir.

Sem adotar um inadequado tom de otimismo, aprendemos a comemorar cada vitória e cada recuo nas inúmeras arbitrariedades do governo. Participamos de diversas alianças e mobilizações promovidas pela sociedade civil, denunciamos ataques a direitos nos fóruns internacionais, chamamos a atenção da imprensa para pautas do interesse público, acionamos o Judiciário contestando decisões ou defendendo avanços, estivemos no Congresso Nacional dialogando com parlamentares e oferecendo argumentos e pareceres técnicos. Mais do que nunca, colocamos em prática tudo aquilo que de melhor podemos oferecer à sociedade em defesa da causa que justifica nossa existência.

Não temos dúvida de que o bolsonarismo seguirá tensionando os limites das instituições democráticas e ainda é cedo para avaliar quando e como o Brasil sairá deste período. Mas o papel da sociedade civil no fortalecimento democrático é mais evidente do que nunca. Estamos muito orgulhosos e orgulhosas de compor essa ampla frente civil de resistência.

Cabe-nos aqui reconhecer que todo esse trabalho foi fruto do esforço incansável de nossa equipe, cada um e cada uma em sua função específica, mas todos trabalhando por um objetivo em comum. Agradecemos igualmente aos membros de nosso Conselho, às fundações e doadores que acreditam no impacto de nosso trabalho e às muitas organizações, entidades e movimentos sociais que estiveram a nosso lado ao longo de 2019. São seus valores, ideais e compromissos que nos unem e nos motivam a continuar nesta trajetória.

Boa leitura!

04 _A Conectas

Quem Somos

Somos uma organização da sociedade civil dedicada à promoção e defesa dos direitos humanos. Criada em 2001 por um esforço coletivo de profissionais, acadêmicos e ativistas, a Conectas já nasceu com o objetivo de integrar e fortalecer o movimento internacional de direitos humanos, especialmente junto aos países do Sul Global.

Atuamos na luta pela igualdade de direitos por meio de uma rede extensa de parceiros e de diversas frentes que visam a propor soluções, impedir retrocessos e denunciar violações. Queremos promover transformações positivas para as pessoas, especialmente para os grupos mais vulneráveis.

Nossa Missão

Efetivar e ampliar os direitos humanos e combater as desigualdades para construir uma sociedade justa, livre e democrática a partir de um olhar do Sul Global.

Nossa Visão

Enfrentar injustiças e propor soluções que causam impacto positivo na vida das pessoas, particularmente das mais vulneráveis.

Como Atuamos

Conectar movimentos, organizações e ativistas está em nosso DNA. Juntos e juntas trabalhamos para influenciar atores-chave e tomadores de decisão para garantir direitos, justiça e a participação da sociedade civil nas decisões que afetam a coletividade. Nossa teoria de mudança envolve as seguintes estratégias:

Litígio

A Conectas conta com uma equipe de advogados pronta para questionar na Justiça ações de governos e empresas que contrariem a Constituição, afetem direitos de grupos mais vulneráveis e promovam retrocessos democráticos. Realizamos ações de litigância estratégica, judicial e extrajudicial, no âmbito nacional e internacional, em especial no Supremo Tribunal Federal e no Sistema Interamericano.

Atuação Internacional

Desde 2006, a Conectas possui *status* consultivo junto às Nações Unidas. Isso nos permite denunciar perante a comunidade internacional as diversas violações de direitos ocorridas no Brasil e apoiar ativistas e movimentos a contar suas histórias para o restante do mundo. Instamos a ONU e o Sistema Interamericano a cobrar mudanças do Estado brasileiro e a prestar contas por sua política doméstica. Monitoramos e incidimos na política externa do Brasil e dos países do Sul Global para que contribuam no fortalecimento dos direitos humanos em todo o mundo.

Articulação e Parcerias

Uma sociedade civil livre e atuante é parte fundamental de uma democracia sólida. Nós atuamos para fortalecer organizações, movimentos sociais e ativistas, e criamos parcerias nacionais e internacionais para agir em conjunto nas causas mais urgentes. Promovemos espaço para troca de experiências e respondemos a emergências de pessoas e grupos que tiveram seus direitos humanos violados.

Advocacy

Estamos presentes nos espaços de decisão influenciando a discussão política com contribuições técnicas e de forma apartidária em favor da promoção e defesa de direitos. Propomos soluções e pressionamos o poder público para implementá-las. Exigimos transparência do Estado.

Comunicação e engajamento

Incidimos no debate nacional levando aos meios de comunicação argumentação e histórias do interesse público. Disseminamos narrativas que promovem os direitos humanos e contrapõem retrocessos, ao mesmo tempo que mobilizamos pessoas em campanhas de defesa de direitos e da democracia.

Nossas Áreas de Atuação

A Conectas trabalha pela garantia dos direitos e fortalecimento da democracia. Para isso, atua nos seguintes eixos programáticos:

Violência Institucional

Enfrentamos e denunciamos violações cometidas pelo Estado, especialmente em quatro frentes:

Pessoas privadas de liberdade

Trabalhamos pelo fim do encarceramento em massa e para que o Estado cumpra a lei ao garantir a dignidade das pessoas privadas de liberdade.

Fortalecimento do Espaço Democrático

Barramos tentativas de reduzir o espaço de atuação da sociedade civil e a criminalização de movimentos. Defendemos os direitos de grupos minoritários. Atuamos na articulação e mobilização com ativistas do Sul Global.

Migração

Defendemos políticas públicas orientadas segundo os princípios da Nova Lei de Migração e os direitos de migrantes e refugiados.

Desenvolvimento e Direitos Socioambientais

Busca responsabilização do Estado e das empresas por violações de direitos humanos e ambientais. Nossas frentes de atuação são:

Impactos da indústria extrativista

Acompanhamos e denunciamos os impactos de grandes empreendimentos que afetam a vida de comunidades tradicionais e o meio ambiente de forma drástica e permanente.

Controle da polícia

Monitoramos violações e abuso do uso da força pelos agentes do Estado, exigindo protocolos de atuação, redução da letalidade policial e mecanismos de controle externo e interno.

Direito ao protesto

Atuamos pela garantia do direito constitucional à livre manifestação e reunião.

Política de Drogas

Propomos uma abordagem à questão das drogas que leve em conta a saúde pública em substituição à política criminal e atuação policial fortemente militarizada.

Mobilizações religiosas e agenda de direitos

Defendemos o Estado laico, a liberdade e a pluralidade religiosa.

Enfrentamento ao racismo estrutural

Cobramos a elaboração e implementação de políticas públicas de reparação histórica e defendemos ações afirmativas para a população negra.

Defesa da sociedade civil

Denunciamos e barramos as iniciativas de criminalizar e limitar a atuação de organizações, movimentos e defensores.

Política externa e direitos humanos

Monitoramos e incidimos na atuação brasileira nos fóruns multilaterais.

Revista SUR

Influenciamos a agenda global de direitos humanos com produção, promoção e divulgação de pesquisas e ideias inovadoras a partir de vozes do Sul Global.

Colóquio Internacional de Direitos Humanos

Promovemos a cada dois anos um encontro entre ativistas de direitos humanos do Sul Global para compartilhar conhecimentos e promover uma rede internacional de defensores.

Combate à escravidão contemporânea

Incidimos na pauta legislativa e executiva para fortalecer as políticas públicas de combate ao trabalho análogo ao escravo.

Financiamento do desenvolvimento

Monitoramos e estimulamos as políticas de direitos humanos praticadas por instituições financeiras de desenvolvimento.

Clima, meio ambiente e direitos humanos

Buscamos adequar os processos políticos, econômicos e sociais aos compromissos de redução das emissões de gases do efeito estufa.

08 _Enfrentamento à Violência Institucional

O Brasil é um dos países mais violentos do mundo. De acordo com o Atlas da Violência 2019, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o Brasil alcançou a marca de 65,6 mil homicídios em 2017*. Destes, mais da metade (35.783) eram jovens entre 15 e 29 anos. Um aumento de 37,5% em dez anos.

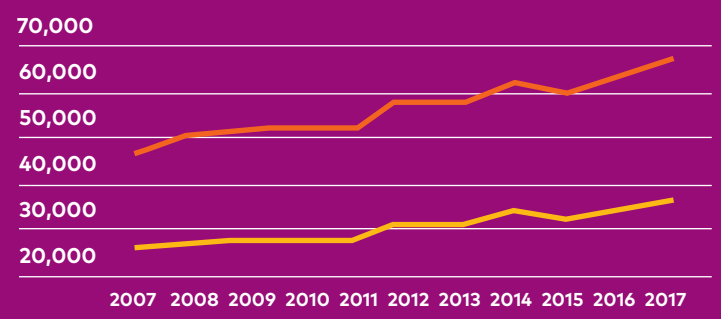
O levantamento demonstra que 75,5% destas pessoas assassinadas eram negras e que 72,4% foram mortas por armas de fogo.

Nº de Homicídios no Brasil entre jovens (15 a 29 anos)

Fonte: Atlas da Violência 2019*

Brasil

Jovens de 15 a 29 anos

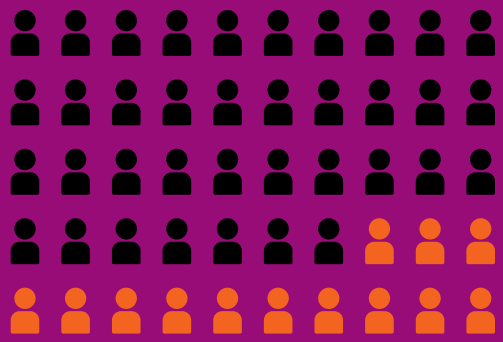


*Os dados do Atlas da Violência 2019 são relativos ao ano de 2017

Homicídios por raça em 2017

75,5% negros

24,5% não negros



Pacote "anticrime"

Em 4 de fevereiro de 2019, o então ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, encaminhou ao Congresso um amplo conjunto de medidas voltadas ao combate à criminalidade, popularmente conhecido como "Pacote Anticrime". Apesar da roupagem moderna, o projeto insistia na visão punitivista e de inchaço do já colapsado sistema prisional, propondo endurecimento de penas e a redução de direitos. Além disso, incorporava promessa de campanha de Jair Bolsonaro ao oferecer carta branca à polícia para matar – a chamada excludente de ilicitude.

Atuamos em diversas frentes para debater a proposta, apontar suas irregularidades e fortalecer a rede de mobilização contrária à sua implantação:

→ Somos uma das 70 organizações que realizaram a campanha "Pacote Anticrime, uma solução fake".

→ Nossa equipe de advocacy atuou fortemente no Congresso Nacional, participando de audiências públicas, produzindo notas técnicas e discutindo mudanças no pacote com parlamentares.

→ Promovemos o debate e apontamos os problemas da proposta, com artigos, notas públicas.

A intensa pressão da sociedade civil fez a Câmara recuar. Tanto a excludente de ilicitude quanto outros pontos graves, como o *plea bargain* e a figura do "criminoso habitual" ficaram de fora no texto aprovado pelos deputados.

O que é excludente de ilicitude?

A "exclusão de ilicitude" é um mecanismo previsto no Código Penal que, na prática, torna legítimo um ato ilegal. O artigo 23 desta legislação tipifica três ocasiões em que isso é possível:

- Em estado de necessidade;
- Em legítima defesa;
- Em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito.

Atualmente, o Código determina que em qualquer uma destas hipóteses haverá punição caso seja identificado que houve excessos, seja intencional ou não. Já a proposta que estava em votação no parlamento alterava justamente o artigo 23 do Código Penal, determinando que o juiz poderia reduzir a pena pela metade ou não aplicá-la se o "excesso doloso ou culposo", cometido por um agente, "decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção". Em outras palavras, qualquer pessoa que cometer atos de violência e até mesmo homicídio, seja intencional ou não, pode ser absolvido caso comprove que agiu sob forte emoção.

"O que ficou conhecido como pacote 'anti-crime' nada mais é do que um conjunto de alterações que restringem direitos e garantias penais, e que não traz qualquer resultado para o enfrentamento aos temas mais importantes da segurança pública e do sistema penal" Gabriel Sampaio, coordenador do programa de enfrentamento à violência institucional da Conectas

#DescriminalizaSTF

Em votação no STF (Supremo Tribunal Federal) desde 2015, o Recurso Extraordinário nº 635.659 deverá julgar se o porte de drogas para consumo pessoal pode ser considerado crime. A sessão, que deveria ocorrer em junho de 2019, foi transferida para o dia 6 de novembro, mas foi retirada de pauta após pressão política.

Amicus curiae na ação, a Conectas aproveitou a oportunidade para levantar o debate sobre a política de drogas brasileira como um vetor para o encarceramento em massa e criminalização da população negra e periférica.

Atualmente, pessoas detidas com drogas podem ser enquadradas como traficantes ou usuários. Na falta de um critério objetivo de definição, quem faz o enquadramento, no geral, é o delegado, o qual, muitas vezes, acata o depoimento dos policiais como prova irrefutável.

→ Lançamos, em parceria com IBCCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais) e PBPD (Plataforma Brasileira de Política de Drogas), uma campanha de mobilização popular para orientar os ministros da Suprema Corte a votarem favoravelmente à descriminalização do porte de drogas no país. A petição continua aberta. Assine e divulgue https://www.drogastf.com.br/

→ Promovemos o debate e a articulação e o posicionamento em torno do tema junto aos principais veículos da mídia

Tráfico privilegiado não é crime hediondo

Em 2016, o STF (Supremo Tribunal Federal) reconheceu o tráfico privilegiado como crime comum e que, portanto, não deve ser equiparado ao crime hediondo. À época, estimou-se que a decisão poderia beneficiar mais de 80 mil pessoas, ao estabelecer a prisão provisória somente em casos excepcionais, instituir a progressão de regime depois do cumprimento de um sexto da pena e permitir que pessoas nessa situação fossem beneficiadas pelo indulto presidencial. Passados três anos, os tribunais seguem ignorando a decisão o STF para pequenos traficantes. Isso é o que mostrou o relatório lançado pela Conectas "Prisão a Qualquer Custo". O estudo levantou casos de pessoas que cometeram delitos previstos pela Lei de Drogas e se encaixam na figura do tráfico privilegiado.

→ A Conectas está incidindo para que o STF publique uma Súmula Vinculante a respeito do tráfico privilegiado. Este documento obriga o cumprimento da decisão por todo o sistema de Justiça e Segurança Pública e fortalece o entendimento do Supremo, dando mais proporcionalidade à aplicação da Lei de Drogas.

Use o QR ao lado para baixar o relatório "Prisão a Qualquer Custo ou pelo link abaixo:
https://www.conectas.org/publicacoes/download/prisao-a-qualquer-custo-sumario-executivo

A guerra de Witzel contra a periferia

O Estado do Rio de Janeiro protagonizou diversos episódios de violação dos direitos humanos por meio de ações de agentes da segurança pública. Em conjunto com diversas organizações reagimos às ilegalidades e ofensivas das polícias nos territórios negros e periféricos denunciando internacionalmente e cobrando posicionamento do sistema internacional de direitos humanos. Uma comunicação oficial da Relatora da ONU (Organização das Nações Unidas) para Execuções Extrajudiciais, Agnes Callamard, e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) encaminhada ao governador do RJ, Wilson Witzel, questionou o uso abusivo da força contra comunidades pobres dos subúrbios cariocas.

Entre os muitos casos ocorridos no ano, a Conectas lamenta profundamente a morte do músico Evaldo dos Santos Rosa, ocorrida na tarde de 7 de abril, em Guadalupe, zona norte do Rio de Janeiro. O carro em que Evaldo e sua família estavam foi alvejado por mais de 80 tiros disparados durante uma ação do exército.

> **"O governo do Rio passa por cima de leis nacionais e internacionais em matéria de direitos humanos e transforma cidadãos em alvos a partir de uma política declarada de execução sumária. Esperamos que o governo do Rio e de outros estados brasileiros estejam cientes de suas obrigações e abstenham-se de fomentar violência nas periferias",**
>
> **Juana Kweitel, diretora-executiva da Conectas.**

Campanha Somos da Maré! Temos Direitos

O combate à tortura no Brasil sob ataques

Em junho, o governo do presidente Jair Bolsonaro publicou um decreto que exonerava os onze peritos do MNPCT (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura), órgão ligado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e responsável por fiscalizar torturas e maus-tratos em prisões.

O Mecanismo já vinha enfrentando sérias dificuldades orçamentárias e lidava com um embate político com a ministra Damares Alves, que, em fevereiro, havia proibido a liberação de verbas para o deslocamento dos especialistas ao Ceará para averiguar denúncias de tortura nos sistemas prisional e socioeducativo. A exoneração dos peritos foi revertida pela Justiça Federal do Rio de Janeiro.

Como funciona o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura?

O MNPCT faz parte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, aprovado pela lei 12.847/2013. O órgão é composto por onze peritos independentes que têm acesso irrestrito às instalações de privação de liberdade, como centros de detenção, estabelecimento penal, hospital psiquiátrico, abrigo de pessoa idosa, instituição socioeducativa ou centro militar de detenção disciplinar. Os peritos elaboram relatórios com recomendações às demais autoridades competentes, que poderão usá-las para adotar as devidas providências. O sistema conta ainda com o Comitê Nacional de Combate à Tortura, o qual a Conectas faz parte desde 2016.

SP veta combate à tortura

A lei federal 12.847, que institui a criação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e propôs a criação de mecanismos estaduais, foi aprovada em 2013. Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro e Rondônia já contam com seus mecanismos estaduais.

Em fevereiro, o governador de São Paulo, João Doria, vetou a lei aprovada pela Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), que previa a criação do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Em nota, especialistas da ONU (Organização das Nações Unidas) criticaram a decisão do governador.

A Conectas foi uma das cerca de 50 organizações da sociedade civil publicaram uma carta conjunta repudiando o veto.

"São Paulo é o estado com o maior número de presos no Brasil. Por isso a criação de um mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura é essencial e para poder fiscalizar violações nos presídios paulistas e elaborar recomendações às autoridades"

Gabriel Sampaio, coordenador de Enfrentamento à Violência

14 _Desenvolvimento e Direitos Socioambientais

Uma tragédia evitável

No dia 25 de janeiro, um mar de lama tóxica provocado pelo rompimento de uma barragem de resíduos minerais da Vale atingiu a cidade de Brumadinho, em Minas Gerais. Apenas três anos depois do Rio Doce, em Mariana (MG), a nova tragédia causada pela mineradora deixou 259 vítimas e 11 desaparecidos, além de um rastro de destruição.
Uma missão de especialistas da Conectas seguiu para o local para avaliar como as autoridades e a Vale estavam atuando na resposta emergencial às vítimas, familiares e afetados pelo rompimento da barragem no córrego do Feijão. O resultado de nossa visita foi uma série de recomendações aos órgãos governamentais, ao sistema de justiça e à Vale, que podem ser vistos no vídeo abaixo.

Ainda em fevereiro, encaminhamos uma denúncia à ONU (Organização das Nações Unidas) sobre falhas e omissões do Estado brasileiro e da mineradora Vale que levaram ao colapso de barragem de rejeitos tóxicos

Use o QR ao lado para assistir ao vídeo ou pelo link: https://youtu.be/F9_KmMbTUf0

Missão da Conectas em Brumadinho acompanhou ações emergenciais da Vale da das autoridades

em Brumadinho (MG). O documento também foi assinado pela Clínica de Direitos Humanos da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). No mês seguinte, apresentamos uma série de recomendações técnicas à equipe de especialistas do CIAEAR (Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apoio e Reparação), responsável por prestar apoio às vítimas em Brumadinho. Entre as orientações estavam as adequações nas ações de reparação a parâmetros internacionais, como as medidas estabelecidas pela ONU, e a criação de um canal de diálogo permanente com as pessoas atingidas, além do fornecimento de assistência médica e jurídica.

Vale deixa Pacto Global

No dia 28 de maio, a Vale retirou-se do Pacto Global da ONU, a maior rede de responsabilidade social e corporativa do mundo. A decisão da mineradora aconteceu depois que, em fevereiro, um grupo internacional de entidades, incluindo a Conectas, havia solicitado formalmente às Nações Unidas a exclusão da empresa devido ao rompimento da barragem.

Tragédia do Rio Doce: quatro anos depois

Entre idas e vindas de ações judiciais e acordos entre governos e empresa, a situação permanece quase a mesma para as vítimas da tragédia do Rio Doce mesmo passados quatro anos. Nos dias 3 e 4 de novembro, participamos de uma série de atividades promovidas pelos atingidos, pela Cáritas-MG e pelo Ministério Público Estadual de Minas Gerais, nos quais além de atos públicos, houve relatos de vítimas sobre como o rompimento da barragem mudou para sempre a vida de suas famílias.

Em dezembro, junto com representantes dos atingidos e com outras organizações da sociedade civil, fizemos parte de uma comitiva que foi até o Reino Unido se encontrar com cerca de 200 investidores do setor minerário e imprensa para denunciar as violações do modelo minerário brasileiro, alertando para que tragédias como essas não se repitam.

"É chocante ver como, quatro anos depois, a situação permanece praticamente igual. Há milhares de pessoas sofrendo sérias privações, pois até hoje nem sequer receberam auxílio emergencial", Julia Neiva, coordenadora do programa de Desenvolvimento e Direitos Socioambientais da Conectas.

Direitos sonegados às populações indígenas

Diante da comunidade internacional, em plena abertura da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro repetiu aquilo que vinha afirmando desde que foi eleito: nenhum centímetro de terra indígena seria demarcado no que dependesse dele.

Por duas vezes, o Executivo federal tentou tirar da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), a competência pela demarcação de terras, transferindo-a para o Ministério da Agricultura. Em ambas as vezes, o STF barrou a medida.

Em audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizada em maio de 2019, denunciamos – em parceria com a AIDA (Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente), International Rivers, Fórum Teles Pires e Operação Amazônia Nativa – os retrocessos na proteção de direitos dos povos indígenas no Brasil.

"Atribuir ao Ministério da Agricultura a competência para demarcar terras indígenas é uma forma de submeter os direitos destes povos, garantidos pela Constituição, aos interesses do agronegócio e a uma inaceitável visão desenvolvimentista", Julia Neiva, coordenadora de Desenvolvimento e Direitos Socioambientais

Povos Tupinambá e Pataxó protestam em Brasília pela demarcação de terras indígenas

Floresta em chamas

De acordo com dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o desmatamento na Amazônia devastou uma área de 9.165,6 quilômetros quadrados em 2019. É o maior desmatamento no bioma registrado nos últimos cinco anos.

Em agosto, assinamos, com mais de outras 50 organizações da sociedade civil, uma denúncia ao G7 sobre as políticas de desmonte de legislações e órgãos de fiscalização ambiental feitas pelo governo brasileiro, o avanço de queimadas na Amazônia e as declarações do presidente Jair Bolsonaro, que chegou a culpar ONGs pela proliferação do fogo.

O G7 é o grupo dos sete países mais desenvolvidos do mundo, composto por: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, e que se reúne uma vez por ano. No encontro, que aconteceu na França, o líder indígena brasileiro, Kayapó Raoni Metuktire, entregou o documento pessoalmente ao presidente francês, Emmanuel Macron.

Licenciamento ambiental em pauta

Está em discussão na Câmara dos Deputados o projeto de Lei 3.729/2004, também conhecido como "Lei Geral de Licenciamento Ambiental". O PL foi atualizado em um texto substitutivo que prevê dispensa de licenciamento para boa parte das atividades agropecuárias e para empreendimentos de infraestrutura. Caso seja aprovado, produtores rurais dedicados ao cultivo agrícola ou a criação de gado e obras destinadas a modernização e ampliação de instalações pré-existentes não precisarão de autorização prévia para realizar essas atividades.

Em junho, a Conectas participou de uma audiência pública com o grupo de trabalho criado pela Câmara dos Deputados e apresentou uma nota técnica com uma série de propostas e sugestões ao projeto de Lei Geral de Licenciamento Ambiental. Entre as recomendações estão as garantias e proteção aos direitos humanos e ao meio ambiente, além do envolvimento de órgãos como a Funai (Fundação Nacional do índio) e o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), responsáveis pela tutela de populações historicamente vulneráveis, nesse procedimento de concessão.

No dia 8 de agosto, o relator do Projeto, o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), atropelou um acordo feito com a sociedade civil e propôs novo texto com graves retrocessos ao licenciamento ambiental. O projeto compromete a qualidade socioambiental e a segurança jurídica de obras com potencial de impactos e sérios danos à sociedade. Ainda sem data marcada, o texto deve ser votado no plenário da Câmara dos Deputados.

O direito das mudanças climáticas

Em dezembro, durante a realização da 25ª COP (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), a Conectas lançou o Guia de Litigância Climática. O documento foi apresentado durante o painel "Perspectiva de litígios climáticos fortalecidos na América Latina: casos, abordagens e oportunidades", organizado em parceria com o iCS (Instituto Clima e Sociedade).

Já com o site JOTA, a Conectas produziu uma série de dez artigos para fomentar a produção de conteúdo jurídico no campo Direito e Clima. Com a participação de especialistas nacionais e internacionais, os artigos abordam temas relacionados a mudanças climáticas e direitos humanos, regime jurídico internacional sobre mudanças climáticas, financiamento sustentável, litígio estratégico, regulação do comércio de emissões de gases do efeito estufa, entre outros.

Confira a publicação através do QR Code ao lado ou pelo link:
https://www.conectas.org/publicacoes/download/guia-de-litigancia-climatica

Confira os artigos através do QR Code ao lado ou pelo link:
https://www.conectas.org/noticias/confira-10-artigos-de-especialistas-sobre-direito-e-clima

Trabalho escravo no Brasil

Imediatamente após assumir o cargo, o Presidente Jair Bolsonaro extinguiu o Ministério do Trabalho, redistribuindo suas atribuições e recursos para outros dois ministérios (Economia e Direitos Humanos, Família e Mulheres). Essa iniciativa levantou preocupações sobre a continuidade e coerência das políticas contra a escravidão moderna, embora, até agora, não tenha afetado a publicação da Lista Suja.

A Conectas esteve atenta, durante 2019, a qualquer tentativa de enfraquecer a fiscalização de trabalho análogo ao escravo e de suspender a divulgação da chamada Lista Suja, que dá publicidade negativa a empresas envolvidas na exploração irregular de trabalhadores.

A organização também atuou em uma articulação entre sociedade civil e parlamentares para a criação de um projeto de lei de transparência na cadeia produtiva que permita aos países consumidores estar cientes dos riscos associados a violações de direitos humanos e trabalhistas em diferentes cadeias de suprimentos. O texto do projeto ainda está em elaboração.

Recomendações sobre Empresas e Direitos Humanos

Em 2016, quando o Brasil recebeu a missão oficial do Grupo de Trabalho da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, que visitou localidades impactadas pela ação de companhias, incluindo Mariana (MG), Belém (PA) e Altamira (PA), a Conectas fez uma primeira avaliação da situação do cumprimento das recomendações realizadas pelos especialistas. Três anos depois, lançamos o 2º Relatório de acompanhamento das recomendações ao Brasil do GT da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, no qual atualizamos os dados e analisamos os desdobramentos desde a agenda de trabalho proposta em 2016.

Use o QR abaixo para acessar a publicacão ou pelo link abaixo:
https://www.conectas.org/publicacoes/download/2o-relatorio-de-acompanhamento-das-recomendacoes-ao-brasil-do-gt-da-onu-sobre-empresas-e-direitos-humanos

20 _Fortalecimento do Espaço Democrático

A agenda política de ataque às ONGs

Em seu primeiro dia de mandato como presidente, Jair Bolsonaro pareceu decidido a colocar em prática a promessa de sua campanha de "acabar com qualquer forma de ativismo". Publicada no dia 2 de janeiro, a Medida Provisória 870/2019 concedeu à Secretaria de Governo da Presidência da República a competência de "supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e as ações dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional".

Como reação, pautamos o tema nos meios de comunicação e incidimos fortemente junto a parlamentares do Congresso Nacional, alertando para os riscos de tentar controlar a sociedade civil e de ferir o direito Constitucional de associação. Também aderimos à carta pública assinada por mais de 40 organizações, dirigida ao general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ministro da Secretaria de Governo da presidência da República.

Em maio, a comissão mista que analisava a MP-870 decidiu tirar da Secretaria de Governo o poder de monitorar a atividade de organizações não governamentais.

Ativistas presos

O clima de ataque a organizações, patrocinado pelo discurso presidencial, culminou em novembro com a prisão de quatro integrantes das Brigadas de Incêndio de Alter do Chão (PA) e de uma operação de busca e apreensão ocorrida no escritório do PSA (Projeto Saúde e Alegria). O PSA é uma ONG que há três décadas realiza reconhecido trabalho de promoção ao desenvolvimento sustentável junto a comunidades ribeirinhas do Pará.
Em resposta, encaminhamos, junto a outras quatro organizações da sociedade civil, uma denúncia à ONU (Organização das Nações Unidas) e à CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) pedindo que ações imediatas fossem tomadas em relação às tentativas de criminalização do PSA (Projeto Saúde e Alegria) e às prisões dos quatro brigadistas acusados de atearem fogo na Floresta Amazônica.

Também fizemos parte da missão do CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos), do qual somos membro-suplente, e que esteve em Santarém (PA) entre os dias 2 a 4 de dezembro. Durante esses três dias, foram realizadas audiências com os brigadistas presos, com a Defensoria Pública da União e com o Ministério Público Estadual (MPE), órgão responsável pelo controle externo da atividade policial. A agenda incluiu ainda uma audiência com o prefeito de Santarém e envolveu conversas com representantes de movimentos sociais e lideranças ameaçadas. Indígenas, quilombolas, pescadores e trabalhadores e trabalhadoras rurais relataram o acirramento de conflitos na região com madeireiros, grileiros, fazendeiros e produtores. Os brigadistas foram libertados dia 28 de novembro e seguimos acompanhando o processo.

A sociedade civil incidiu de forma efetiva no Congresso Nacional e conseguiu derrubar o artigo da Medida Provisória que garantia controle das organizações pelo Estado.

Proteção a migrantes e refugiados

Em julho, uma portaria assinada pelo então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, estabeleceu a possibilidade de deportação sumária de migrantes com base na mera suspeita de que uma pessoa tenha envolvimento em terrorismo, organização criminosa ou tráfico de drogas, entre outros. A portaria MJ 666/19 é contrária à Nova Lei de Migração (13.445/17) por restringir aos migrantes o direito à defesa e ao devido processo legal.

O documento concedia poderes à Polícia Federal para decisões arbitrárias e estabelece um prazo de apenas 48 horas para que uma pessoa notificada apresentasse sua defesa ou deixasse voluntariamente o país. Esse procedimento desrespeita compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Poucos dias depois da sua publicação, 60 entidades, entre elas a Conectas, publicaram uma carta pública, na qual pediram a imediata revogação da portaria.

No mês seguinte, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, em um de seus últimos despachos no cargo, apresentou ao STF (Supremo Tribunal Federal) uma ação pedindo a suspensão da medida proposta por Sérgio Moro.

No mês de outubro, o então Ministro da Justiça e Segurança Pública, substituiu a portaria 666 por um novo texto. A nova portaria, de número 770, modificou alguns pontos do texto anterior. A mudança do prazo para que migrantes suspeitos pudessem apresentar defesa, por exemplo, teve o período estendido de 48 horas para cinco dias.

Apesar dos recuos, publicamos, com mais de 20 organizações ligadas a pautas migratórias, uma nota conjunta onde denunciamos um dos pontos

mais problemáticos da antiga portaria, que se manteve intacto: a tentativa de alterar o que diz a Lei de Migração por meio de uma ação do executivo. Outro problema apontado é o alto grau de subjetividade do texto, que deixa ao juízo da autoridade policial a decisão sobre se alguém permanecerá ou não no país. Por isso, foi pedido que o Ministério da Justiça e Segurança Pública revogasse a portaria.

No campo legislativo, as garantias previstas na Lei de Imigração ficaram sob risco também com o projeto de lei (PL 1928/19), que propôs graves retrocessos à Lei de Migração. Criado para sugerir a concessão de visto temporário para jovens migrantes que queiram trabalhar no país, o projeto ganhou um substitutivo que propôs a proibição de entrada ou a deportação de pessoas suspeitas de envolvimento em práticas de terrorismo, sem a devido direito de defesa. Em outubro, o Senado derrubou o projeto de lei.

STF garante proteção a perseguido político

Por unanimidade, a Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) vetou, no dia 6 de agosto, o pedido de extradição do cidadão turco naturalizado brasileiro Ali Sipahi. Sipahi vive no Brasil há 12 anos e foi preso em abril a pedido do governo da Turquia, que o acusa de "apoiar e integrar um grupo terrorista", classificação dada pelo presidente "Recep Tayyip Erdogan" ao Movimento Hizmet, fundado por opositores de seu governo.

Em seu voto, o relator do processo, ministro Edson Fachin, justificou que a Lei de Migração (13.445/2017), em seu artigo 82, veta a extradição quando "o extraditando tiver de responder, no Estado requerente, perante tribunal ou juízo de exceção" e destacou a falta de garantia de um julgamento imparcial na Turquia. Admitida como *amicus curiae* no caso, a Conectas defendeu que o pedido de extradição fosse negado.

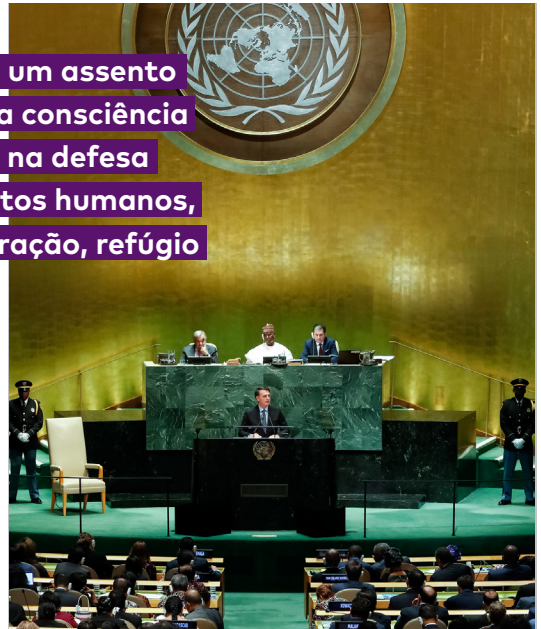
Candidatura ficha suja

Aconteceu, em 17 de outubro, em Nova Iorque (EUA), as eleições dos Estados para ocupar um assento no Conselho de Direitos Humanos da ONU para o mandato de janeiro de 2020 a dezembro de 2022. Por 153 votos, o Brasil garantiu mais um mandato de três anos e com isso pode propor e votar resoluções. Além do Brasil, concorriam às duas vagas oferecidas ao Grulac (Grupo de Países da América Latina e Caribe), Venezuela e Costa Rica.

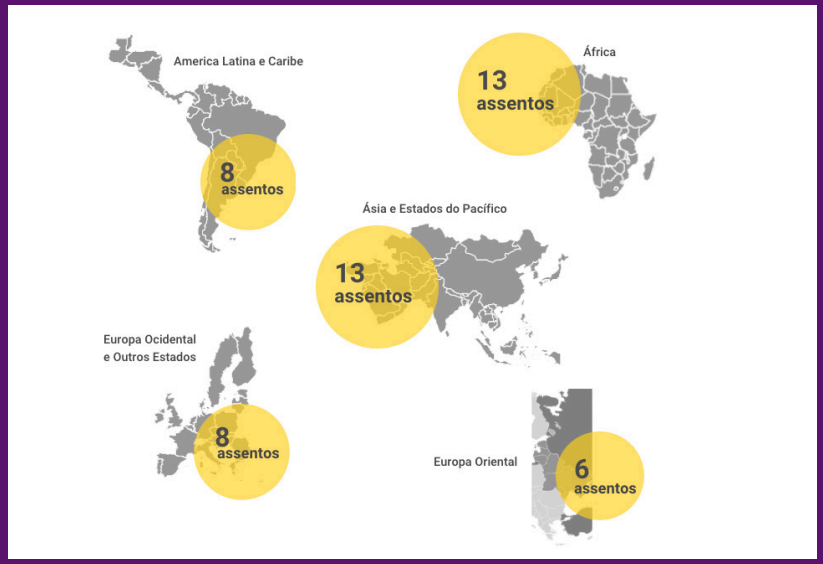
Desde a criação do Conselho de Direitos Humanos, em 2006, a Conectas é uma organização da sociedade civil com status consultivo na ONU. No entanto, pela primeira vez, recomendamos aos Estados-membros que não aceitassem a candidatura do Brasil por entender que o governo Bolsonaro é contrário a posições históricas construídas pela diplomacia brasileira em matéria de direitos humanos. Além disso, também divulgamos, junto a outras cerca de 200 entidades brasileiras um manifesto conjunto contra a candidatura do Brasil.

"É essencial que, ao ocupar um assento no Conselho, o Brasil tenha consciência de suas responsabilidades na defesa interna e externa dos direitos humanos, incluindo temas como migração, refúgio e combate à tortura",

Camila Asano – diretora de programas da Conectas



Distribuição por grupos regionais



O que é o Conselho de Direitos Humanos da ONU?

Criado em 2006, o Conselho de Direitos Humanos é um órgão intergovernamental dentro do sistema das Nações Unidas com papel de fortalecer a promoção e proteção dos direitos humanos em todo o mundo. O Conselho realiza reuniões periódicas em sua sede, em Genebra (Suíça), para abordar situações de violação dos direitos humanos e fazer recomendações aos Estados-membros. O órgão tem o mandato de discutir todas as questões e situações temáticas de direitos humanos que requerem atenção ao longo do ano. O Conselho é composto por 47 Estados-Membros das Nações Unidas, eleitos pela Assembleia Geral da ONU.

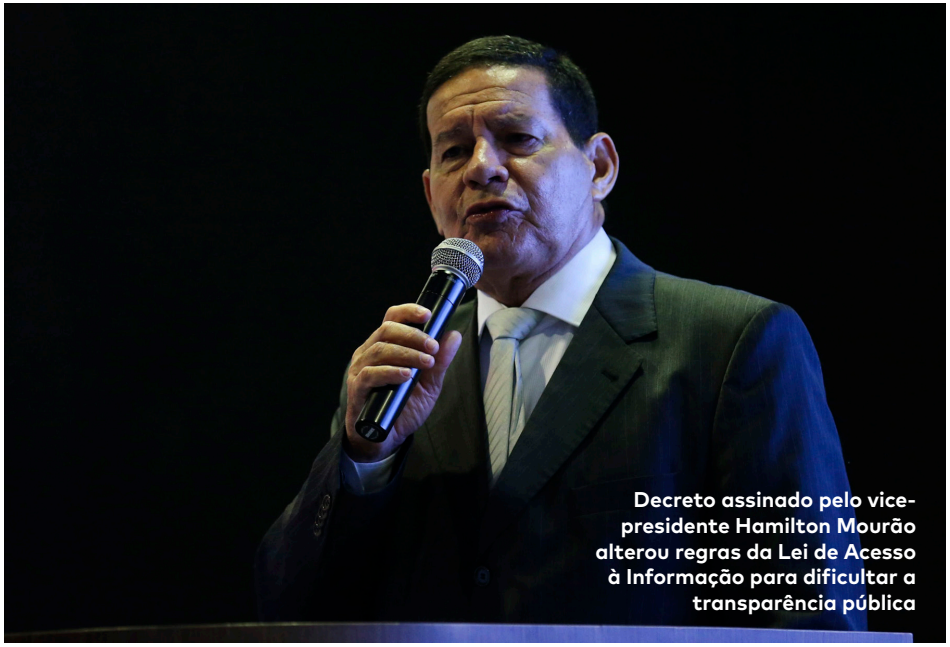
Use o QR ao lado para ver como são as eleições, ou pelo link abaixo:

https://www.conectas.org/noticias/como-sao-as-eleicoes-para-o-conselho-de-direitos-humanos-da-onu

Transparência e participação

O governo Bolsonaro trouxe enormes desafios à democracia, participação social e transparência das ações governamentais. Em janeiro de 2019, por meio do decreto 9.960/19, o governo federal alterou as regras da Lei de Acesso à Informação, ampliando o número de servidores que têm permissão para atribuir sigilo "ultrassecreto" a dados públicos. A Conectas assinou, com mais de 20 organizações da sociedade civil e diversos especialistas que atuam no campo da transparência, uma carta conjunta criticando a decisão do governo. O documento também aponta para a falta de debate público para se chegar a esta decisão, bem como o afastamento do governo das políticas de promoção de transparência e combate à corrupção.

Após críticas ao CNDH, ministra Damares Alves exonerou coordenadora-geral da entidade (Foto: Valter Campanato/Ag. Brasil)



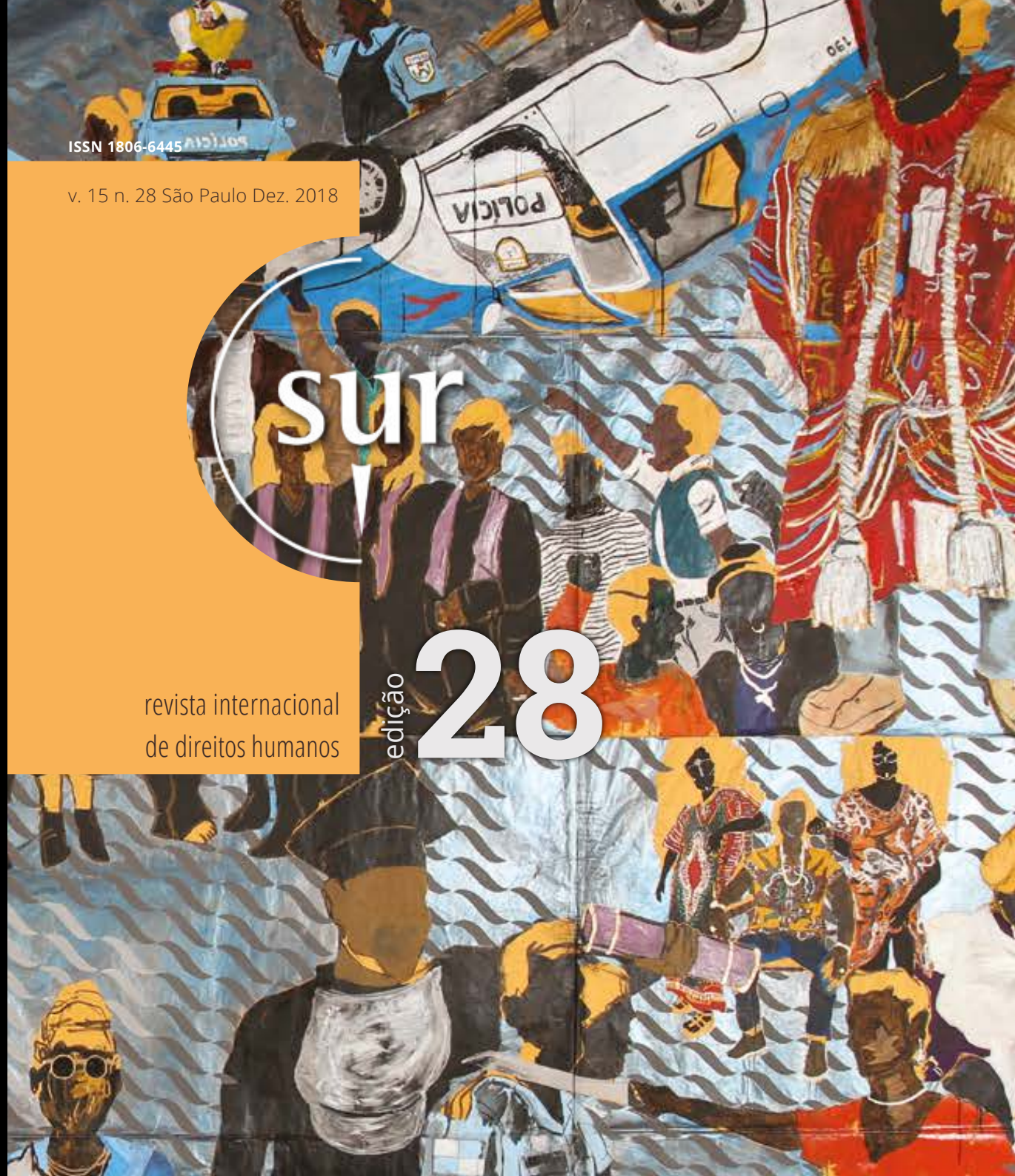
Decreto assinado pelo vice-presidente Hamilton Mourão alterou regras da Lei de Acesso à Informação para dificultar a transparência pública

Em agosto, foi a vez de a ministra Damares Alves exonerar Caroline Dias dos Reis, a coordenadora-geral do CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos), entidade ligada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Reis havia sido nomeada em dezembro de 2018 pelos membros do próprio Conselho. Em nota de repúdio publicada horas depois da medida, o CNDH destacou que o ato de exoneração "entrará para história do Conselho como um dos maiores ataques por ele sofrido".

Para denunciar as interferências do governo federal no CNDH, a Conectas elaborou junto a mais de 70 organizações da sociedade civil, um manifesto no qual aponta irregularidades em tais manobras, que contrariam, dentre outras coisas, a autonomia administrativa do órgão.

_Revista Sur

A Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos busca influenciar a agenda global de direitos humanos ao produzir, promover e divulgar pesquisas e ideias inovadoras, principalmente do Sul Global. A publicação é editada em português, inglês e espanhol, com livre acesso on-line. Também é distribuída em papel para algumas das principais bibliotecas, universidades, organizações internacionais e centros de cultura ao redor do mundo.



Como o racismo afeta direitos da população negra

Lançada em janeiro, a SUR 28 traz o dossiê "Raça e Direitos Humanos: Movendo Estruturas". A edição reuniu 17 artigos, produzidos por 23 autoras(es) de seis países, entre elas a Relatora Especial da ONU sobre formas contemporâneas de racismo, E. Tendayi Achiume, e pesquisadores como Denise Carrera, Juliana Borges, Nathália Oliveira, Thiago Amparo e Thula Pires.

A edição contou com a participação de Sueli Carneiro como editora convidada. Fundadora e atual diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, é uma das mais importantes vozes do feminismo negro no país.

A edição 28 traz ainda:
→ o minidocumentário "Luto para nós é verbo", produzido pela cineasta Natasha Néri, autora do premiado "Auto de Resistência";
→ uma seleção de 18 obras da "Histórias Afro-Atlânticas", com curadoria de Hélio Menezes e Lilia Schwarcz, que foi considerada a melhor exposição do mundo em 2018 pelo jornal The New York Times;

Pela primeira vez, a revista ofereceu três bolsas para autores(as) negros(as), buscando incentivar e apoiar ativistas e pesquisadores a escrever sobre suas experiências e/ou pesquisas sobre racismo e direitos humanos no contexto brasileiro. Cada bolsista recebeu um valor monetário por três meses equivalente a uma bolsa de pós-graduação no Brasil, entre outubro a dezembro de 2018, bem como passou por um processo de mentoria na produção de seus textos.

> **"A SUR talvez seja a mais importante revista de direitos humanos do mundo. É animador que, neste momento, este número venha com este compromisso de dar uma contribuição substanciosa para o tema do racismo e direitos humanos no Brasil, agregando conteúdos oriundos da academia, da filantropia e do ativismo, e oferecendo um panorama abrangente sobre a seriedade e gravidade da questão racial tanto no Brasil quando no mundo",**
>
> **Sueli Carneiro, editora-convidada.**

Um olhar para a religião

A 29ª edição da SUR aborda como a religião está intrinsecamente ligada aos direitos humanos, considerando as diferentes matizes religiosas, os processos imigratórios e a liberdade de culto e expressão. Lançada em agosto, reuniu 25 artigos escritos por diversas autoras e autores de mais de dez países, como Brasil, França, Egito, Tailândia, Palestina, Irã e Estados Unidos.

A publicação está dividida em seis eixos que contemplam a perspectiva internacional sobre o tema, sua conexão com a causa migratória, a relação entre política e atuação religiosa, as ameaças do dogmatismo religioso, a espiritualidade expressa por meio da arte, a liberdade de religião e sua contribuição para a luta por direitos. Traz ainda uma seção fotográfica que explora a pluralidade e a beleza de diversos ritos espirituais.

Acesse a edição 29 da Revista Sur atrávez do QR Code ao lado ou pelo link abaixo:

https://www.conectas.org/noticias/conectas-revista-sobre-religiao-e-direitos-humanos-em-brasilia

_O Colóquio, em 2019

Aconteceu em outubro a 16ª edição do Colóquio Internacional de Direitos Humanos, que reuniu cerca de 50 defensores de direitos humanos do Brasil e de países como Hungria, Filipinas e Palestina.

Diante do avanço de políticas conservadoras e do movimento antidireitos no Brasil e no mundo, o evento representou um espaço importante para a integração e o intercâmbio entre defensores do Sul Global. Nele, os participantes puderam compartilhar seus conhecimentos, experiências e estratégias para promover o avanço de suas agendas.

> **"O movimento de direitos humanos enfrenta restrições de participação que implicam, em muitos casos, no ataque direto à vida de seus ativistas. Nesse contexto, é importante termos uma rede de apoio e troca para nos fortalecermos e compartilharmos experiências de resistência e luta por direitos"**
>
> Camila Asano, diretora de programas da Conectas.

O Colóquio de Direitos Humanos

A história do Colóquio se confunde com a própria fundação da Conectas. Realizado desde 2001, o evento tem como principal objetivo reunir ativistas e organizações de direitos humanos do Sul Global para compartilhar experiências e saberes. Ao longo desses anos, o Colóquio reuniu mais de 1,6 mil participantes de 85 países e se converteu num dos maiores e mais tradicionais encontros de direitos humanos do mundo. Sob o signo da diversidade, o evento é um símbolo do fortalecimento da luta em defesa dos direitos humanos mundo afora, em busca de uma sociedade mais digna, justa e igualitária.

16º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE

DIREITOS HUMANOS

07 — 09 outubro 2019

Com atividades em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e em Brasília, os participantes - divididos em quatro grupos - puderam conhecer trabalhos de campo realizados pela Conectas e organizações parceiras nos últimos anos.

Brasília

A imersão teve como foco a incidência política dentro do Congresso Nacional, com a visita a gabinetes e comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal, além de dialogar com representantes do Ministério Público Federal e visitar embaixadas;

São Paulo

Além de conhecerem a Comunidade Cultural Quilombaque e o Centro Cultural Aparelha Luzia, o grupo visitou e acompanhou as ações das seguintes entidades que monitoram a violência policial no Estado:

- CAAF (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo), que atua na identificação das ossadas encontradas na vala clandestina da época da ditadura do cemitério de Perus; e
- CDHS (Centro de Direitos Humanos de Sapopemba), que presta atendimento direto à população local no enfrentamento à violência policial e prevenção do genocídio.

Pernambuco

Visitaram o trabalho realizado pelo Fórum Suape, que luta pela garantia de direitos de comunidades quilombolas atingidas pela construção do Complexo Industrial e Portuário de Suape. Em Recife, houve a participação em eventos e debates promovidos pelo GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares);

Rio de Janeiro

Na capital do estado, conheceram o trabalho da Redes da Maré, para ver de perto os desafios enfrentados por ativistas e moradores em um dos maiores complexos de comunidades da cidade; visitaram a Defensoria Pública daquele Estado e realizaram reuniões para acompanhar a atuação internacional das organizações CEJIL e ISER sobre a política de segurança pública do Rio;

Reconhecimento

Camila Asano, diretora de programas da Conectas, foi uma das nove homenageadas pela Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) na 5a edição do prêmio Beth Lobo de Direitos Humanos das Mulheres. A sessão de premiação aconteceu no dia 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, no plenário Juscelino Kubitschek.

"É importante que haja o reconhecimento das instituições da democracia, estamos passando por um momento muito delicado na agenda de direitos humanos. Ter o reconhecimento de instituições sólidas que garantem direitos a todos, sobretudo das minorias, é fundamental"

Camila Asano, diretora de programas da Conectas.

Direitos humanos na pauta jornalística

Uma imprensa comprometida com a defesa dos direitos humanos é fundamental no monitoramento de pautas importantes e na mobilização da sociedade civil. Por isso, desenvolvemos ações que visam a ampliar a cobertura de temas e a formação de profissionais.

→ Curso de Informação sobre Jornalismo e Direitos Humanos - voltado a estudantes universitários de jornalismo e de outras áreas do conhecimento interessados em direitos humanos. A iniciativa compõe um dos módulos do projeto Repórter do Futuro, da OBORÉ, e tem apoio da ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e do IPFD (Instituto de Pesquisa, Formação e Difusão em Políticas Públicas e Sociais). O curso contou com 20 alunos selecionados e aconteceu entre setembro e outubro.

→ Curso online de Direitos Humanos – em janeiro, 100 jornalistas profissionais participaram da 2ª edição da formação realizada em parceria com a ABRAJI.

Quem são os potenciais doadores dos direitos humanos

Lançada em maio, em parceria com o CEAPG (Centro de Estudos em Administração Pública e Governo) da Fundação Getúlio Vargas, o estudo inédito "Pesquisa Comportamental Sobre Doadores de Alta Renda" traçou o perfil social, demográfico e comportamental dos potenciais doadores brasileiros de alta renda. O projeto, apoiado pelo Fundo BIS do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), teve como objetivo identificar as motivações e os interesses desse segmento da população em relação a doações para causas de direitos humanos.

"Historicamente, as organizações recorrem a fundações internacionais para financiar suas ações. Hoje, num contexto de ataques ao ativismo e ameaças de controle das ONGs, é preciso diversificar as formas de financiamento ao máximo"

Juana Kweitel, diretora-executiva da Conectas.

Quer conhecer os resultado? Acesse pelo QR Code ao lado ou pelo link abaixo:

https://www.conectas.org/noticias/estudo-inedito-traca-perfil-do-doador-de-alta-renda-no-brasil

Nossos eventos

Cine Direitos Humanos

Usar a beleza e as diferentes formas de narrativas da 7ª arte para promover a reflexão e ampliar o debate de temas como direitos, justiça e igualdade. Esse é o objetivo do Cine Direitos Humanos, uma parceria da Conectas com o SESC 24 de Maio, no centro de São Paulo. As sessões gratuitas dessa 1ª edição aconteceram a partir de fevereiro, sempre na última quarta-feira do mês. Ao final de cada exibição, convidados ligados ao tema discutiam o filme com o público.

Feira de Ideias

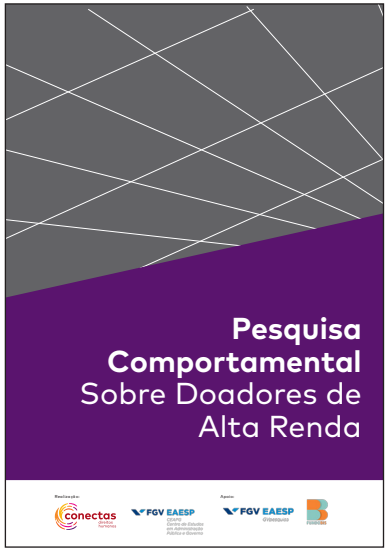
A 5ª Feira de Ideias, evento anual realizado pela Conectas em parceria com o Sesc Pompéia em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, aconteceu em 14 de dezembro, em São Paulo. Foram expostos 20 projetos, dos mais diversos formatos, voltados à promoção e efetivação dos direitos humanos nas categorias Artes plásticas e performáticas, filmes curta-metragens (documentário e ficção de até 15 min), fotografia, iniciativas sociais ou comunitárias, jornalismo e projetos acadêmicos.

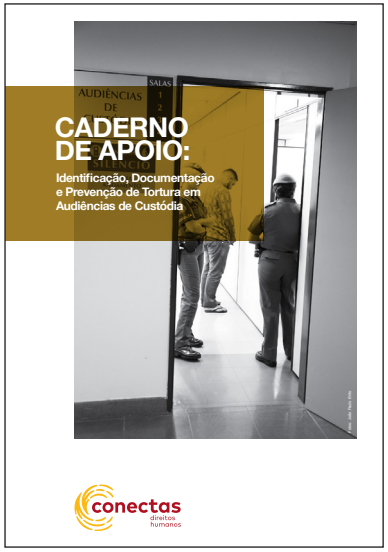
Prêmio Vladimir Herzog

A 41ª edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia & Direitos Humanos teve como premiados os jornalistas Patrícia Campos Mello (Folha de São Paulo) e Glenn Greenwald (The Intercept Brasil). Além deles, Hermínio Sacchetta (in memoriam), ícone das antigas redações e de gerações inteiras de jornalistas brasileiros foi homenageado. A Conectas é uma das entidades que compõem a comissão organizadora do Prêmio.

Produção de conhecimento

A produção de conhecimento e de pesquisas voltadas à ação é uma das formas que a Conectas atua para incidir em temas cruciais do movimento de direitos humanos. Em 2019, os títulos publicados foram:





Acesse as publicações da Conectas de 2019 pelo link:
https://www.conectas.org/publicacoes

Conselhos e Comitês

Conectas também participa ativamente de conselhos da sociedade civil que monitoram a aplicação de políticas públicas de direitos humanos.

Conselho Nacional de Direitos Humanos

Ocupamos uma vaga de suplência no Conselho Nacional de Direitos Humanos, órgão vinculado à SDH/PR (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República).

Representante: Camila Asano
Mandato: 2018-2020

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Somos membro do CNPCT, órgão ligado ao Ministério da Justiça que visa a contribuir para o enfrentamento à tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes em instituições de privação de liberdade. Atuamos na proposição de ações e programas para a erradicação da tortura.

Representante: Henrique Apolinário
Mandato: 2018-2020

Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo

Somos membro da Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE), da cidade de São Paulo desde 2014. Nosso mandato é de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Representante: Camila Asano

Redes e Parceiros

Coalición de Derechos Humanos de America Latina

Global NPO Coalition on FATFSpace

International Consortium on Closing Civic Space

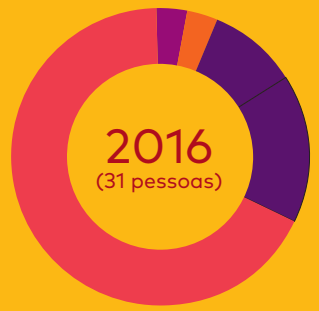
Nossa equipe

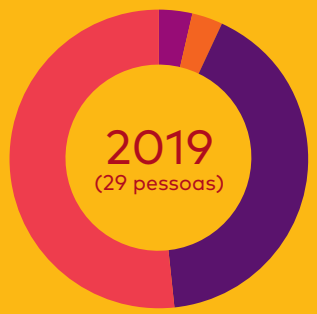
Mulheres	Homens
16	13
Posição gerencial	Posição gerencial
4	3
Não nacionais	Não nacionais
2	1

Diversidade Racial

Nos últimos anos Conectas vem revisando suas práticas de ações afirmativas. O resultado é uma equipe mais diversa, inclusive em níveis gerenciais:

Brancos
67,7%
Pretos e Pardos
25,8%
Amarelos
3,2%
Não declarado
3,2%





Brancos
51,72%
Pretos e Pardos
41,38%
Amarelos
3,45%
Não declarado
3,45%

Posição Gerencial

Brancos	Amarelo
6	1

Posição Gerencial

Brancos	Pretos e Pardos	Amarelo
4	2	1

Faixa Etária

até 25 anos	4
de 26 anos a 35 anos	10
de 36 anos a 45 anos	10
acima de 45 anos	5

Relatório financeiro

Receitas 2019	(BRL)
Open Society Foundations	2.996.409
Oak Foundation Ltd	1.219.021
The Ford Foundation	977.380
Sigrid Rausing Trust	762.557
Anônimo	634.869
Instituto C&A	444.553
Charles Stewart Mott Foundation	287.179
Somo ST Onderz mult Onde	149.674
Channel Foundation	122.632
Instituto Betty e A. Jacob Lafer	115.295
Instituto Clima e Sociedade - iCS	94.561
Derecho, Ambiente Y Recursos Naturales	84.042
Tides Foundation	76.662
Voluntariado	74.654
Optional Protocol to The Convention Against Torture – OPCAT OHCHR	68.618
Embaixada dos Países Baixos	59.735
Consulado Geral do Canadá	40.457
Doações de indivíduos	29.775
Grupo de Institutos,Fundacoes e Empresas	29.540
William S. Hein & Co. Inc	1.248
Total	**8.268.860**

Nosso trabalho é mantido com recursos doados por fundações privadas nacionais e internacionais, além de agências de desenvolvimento e indivíduos que compartilham de nossas causas e acreditam no impacto de nossa atuação. Os recursos arrecadados são investidos em nossos programas de promoção aos direitos humanos, combate a retrocessos e em denúncias de violações, além da manutenção da infraestrutura necessária à realização desse trabalho.

Despesas 2019	(BRL)
Administrativo e Financeiro	730.496
Captação de Recursos	521.136
Comunicação Institucional	691.450
Desenvolvimento Institucional	454.020
Violência Institucional	1.512.465
Fortalecimento do Espaço Democrático	1.301.946
Colóquio Internacional de Diretos Humanos	677.500
Revista Sur	631.193
Desenvolvimento e Direitos Socioambientais	1.575.920
Total	**8.096.126**

Expediente

Conectas Direitos Humanos

Direção
Juana Kweitel
diretora-executiva
Camila Asano
diretora de programas
Marcos Fuchs
diretor jurídico-financeiro

Coordenação
Gabriel Sampaio
coordenador de Enfrentamento à Violência Institucional
Julia Neiva
coordenadora de Desenvolvimento e Direitos Socioambientais
Leonardo Medeiros
coordenador de comunicação e engajamento
Fernanda Mioto
coordenadora administrativo e financeiro

Conselho deliberativo
Theo Dias - presidente
Anamaria Schindler
Andre Degenszajn
Denise Dora
Douglas Belchior
Flavia Regina de Souza
Helio Menezes
Malak Poppovic
Margarida Genevois
Marcelo Furtado
Oscar Vilhena
Renata Reis
Silvio Almeida
Sueli Carneiro

Conselho fiscal
Emilio Martos
Heloísa Motoki
Luigi Puntel

Expediente

Relatório 2019

Edição
Leonardo Medeiros (MtB 39.511)

Texto
Cilene Marcondes

Edição de imagens
João Paulo Brito

Design e Diagramação
Mari Guimarães

Crédito de Imagens
Pg. 8: Bianca Moreira/Conectas
Pg. 10: Nelson Junior/STF
Pg. 11: Douglas Lopes/Redes da Maré
Pg. 12: Rafael Custódio/Conectas
Pg. 13: Alessandro Dantas/Agência Senado
Pg. 14: Mídia Ninja
Pg. 15: Caio Borges/Conectas
Pg. 16: João Paulo Brito/Conectas e Tiago Miotto/Cimi
Pag. 17: Miguel Angel Herrera (ref. a imagem do tópico "Floresta em Chamas"); Fernando Martinho (ref. a imagem do tópico "Licenciamento ambiental)
Pag. 18: Miguel Angel Herrera (ref. à 1ª imagem do tópico "O direito das mudanças climáticas"); Fernando Martinho (ref. à 2ª imagem do mesmo tópico)
Pg. 19: João Paulo Brito/Conectas
Pg. 20: Leonardo Medeiros/Conectas
Pg. 21: Marcos Machado/Agência Senado
Pg. 22: Leonardo Medeiros/Conectas
Pg. 23: Leonardo Medeiros/Conectas; Carlos Moura/STF (ref a imagem do Edson Fachin)
Pg. 24: Divulgação
Pg. 25: Valter Campanato/Agência Brasil e EBC/Agência Brasil
Pg. 28: João Paulo Brito/Conectas
Pg. 30: Marco Antonio Cardelino
Pg. 31: João Paulo Brito/Conectas e Bianca Moreira/Conectas
Pg. 32: Bianca Moreira/Conectas (ref a Cine Direitos Humanos); Junior/Enoá (Ref a Feira de Ideias); João Paulo Brito/Conectas (ref a Premio Vladimir Herzog);
Pg. 33: Bianca Moreira/Conectas

Conectas Direitos Humanos
São Paulo - SP - Brasil - Caixa Postal nº 781
CEP: 01032-970 - São Paulo (SP)
contato@conectas.org
www.conectas.org

@conectas **/conectas** **/conectas**